



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **11 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 9 de junho de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Produção industrial tem queda em 9 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE VEICULAÇÃO LOCAL	1
DIÁRIO DO AMAZONAS Produção industrial do AM recua 1,4% no quadrimestre VEICULAÇÃO LOCAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO CHÁVEZ GANHA PODER NA OPEP E BARRA AUMENTO DE PRODUÇÃO VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO PEQUENAS EMPRESAS FORMAM MIL CENTRAIS VEICULAÇÃO NACIONAL	4
VALOR ECONÔMICO Nova política industrial quer elevar taxa de investimento para 23% do PIB VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR ECONÔMICO BRASIL COMEÇA A NEGOCIAR AÇÃO CONJUNTA COM BRICS VEICULAÇÃO NACIONAL	6
VALOR ECONÔMICO A NOVA DESINDUSTRIALIZAÇÃO VEICULAÇÃO NACIONAL	7
O GLOBO PAÍS DEIXA DE SER FORTE EXPORTADOR DE CELULARES VEICULAÇÃO NACIONAL	9
ESTADO DE MINAS GIRO ECONÔMICO VEICULAÇÃO NACIONAL	10
ESTADO DE MINAS INDÚSTRIA SENTE O GOLPE VEICULAÇÃO NACIONAL	11
PORTAL A CRÍTICA Amazonas tem terceiro melhor desempenho em produção, aponta IBGE VEICULAÇÃO NACIONAL	12

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO <u>Produção</u> industrial tem queda em 9 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O **Amazonas** se recuperou após uma queda de 8,8% em março. O Estado conseguiu aumento na **produção** industrial de 5,8% em abril.

Rio de Janeiro - A **produção** industrial brasileira caiu em nove dos 14 locais pesquisados na passagem de março para abril, informou hoje (8) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, as principais retrações foram observadas no Ceará (-6,9%), em Goiás (-5,1%), em São Paulo (-3,8%) e em Santa Catarina (-2,6%). Nesses locais, as quedas foram mais intensas do que a média global no mesmo período.

Também reduziram a atividade as indústrias de Pernambuco (-2,0%), do Paraná (-1,9%), da Região Nordeste (-1,7%), do Rio Grande do Sul (-1,5%) e de Minas Gerais (-1,1%).

O documento também aponta que em abril houve recuperação da atividade industrial no Pará (8,4%), após acumular perda de 13,1% nos três últimos meses, e no **Amazonas** (5,8%), que teve recuo de 8,8% em março. Também houve expansão na **produção** industrial no Rio de Janeiro (2,5%), no Espírito Santo (1,8%) e na Bahia (0,4%).

Em relação a abril de 2010, oito dos 14 locais apresentaram queda na **produção**. De acordo com o levantamento do IBGE, a redução é explicada não só pelo menor ritmo da atividade industrial no mês, “mas também pelo

efeito calendário, já que abril de 2011 teve um dia útil a menos do que o mesmo mês do ano anterior”.

Nessa base de comparação, as reduções mais intensas foram observadas no Ceará (-16,2%), pressionado pela paralisação para manutenção ocorrida no setor de refino de petróleo e **produção** de álcool, além da menor **produção** nos ramos de alimentos e de calçados e artigos de couro; e em Goiás (-11,1%), devido ao recuo verificado em todos os setores investigados no estado.

Também houve retração em Santa Catarina (-7,7%), em Pernambuco (-7,4%), na Região Nordeste (-6,3%), na Bahia (-4,1%), em São Paulo (-2,3%) e em Minas Gerais (-1,7%).

Já o Espírito Santo (14,2%) e o Rio de Janeiro (7,3%) registraram os resultados mais elevados, seguidos pelo **Amazonas** (1,9%), Paraná (1,4%), Rio Grande do Sul (0,6%) e Pará (0,1%).

Nos quatro primeiros meses do ano, o setor industrial no país avançou 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com seis dos 14 locais assinalando crescimento na **produção**. No índice acumulado nos últimos 12 meses, todos os locais registraram taxas positivas em abril, com exceção da Bahia, que teve queda de 0,5%.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Produção industrial do AM recua 1,4% no quadrimestre		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Monitoramento do IBGE mostra que queda na **produção** de TV influiu no resultado.

Manaus - No primeiro quadrimestre deste ano, a **produção** industrial do **Amazonas** foi 1,4% menor que nos primeiros quatro meses do ano passado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados foram influenciados, principalmente, pela menor fabricação de preparações em pó e xarope para elaboração de bebidas e de televisores no início do ano.

A indústria nacional avançou 1,6% e seis das 14 localidades apresentaram aumento na **produção**. Já em abril de 2011, o ritmo industrial do **Amazonas** demonstra recuperação com o avanço de 5,8% na comparação com o mês imediatamente anterior e 1,9% ante abril de 2010.

A queda na **produção** no primeiro quadrimestre deste ano (-1,4%) foi puxada por quatro ramos, entre eles alimentos e bebidas (-27,0%), que exerceu a principal influência sobre o total da indústria, pressionado sobretudo pela menor fabricação de preparações em pó e em xarope para elaboração de bebidas. O segmento de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-6,3%) também recuou com a menor **produção** de TVs.

Na avaliação do presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de **Manaus** (Sinaees), Wilson Périco, a queda na **produção** de televisores

nos primeiros meses, com relação ao quadrimestre do ano passado, ocorreu devido à **produção** de televisores de cinescópio que ano passado ainda chegava a 40% do total.

“Hoje, a **produção** é quase completamente de televisores LCD, plasma e de Led que têm menor volume de **produção**, mas maior valor agregado”, explicou Périco.

Entre os seis ramos que apontaram avanço na **produção**, sobressaíram as influências vindas de outros equipamentos de transporte (29,3%) e de equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos (61,1%), impulsionados em grande parte pelos itens motocicletas e relógios, respectivamente.

No confronto entre abril de 2011 e o mesmo mês do ano passado, cinco dos onze segmentos contribuíram positivamente para o avanço de 1,9% da indústria do **Amazonas**. Destaque para as influências vindas de outros equipamentos de transporte (17,6%), impulsionada sobretudo pelos itens motocicletas e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar e ópticos (43,8%), principalmente pela fabricação de relógios.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO CHÁVEZ GANHA PODER NA OPEP E BARRA AUMENTO DE <u>PRODUÇÃO</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente venezuelano e aliados provocam racha no cartel; Arábia vai elevar sua cota de petróleo unilateralmente

Um grupo liderado pelo presidente venezuelano Hugo, Chávez, pelo líder líbio, Muamar Kadafi, e pelo presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, freia a proposta saudita na Organização dos Países **Exportadores** de Petróleo (Opep) de elevar a **produção** mundial de petróleo e provoca um racha no cartel.

Reunidos em Viena ontem, ministros da Opep não chegaram a um acordo e escancararam o fato de que os conflitos no mundo árabe cobram seu preço na política energética mundial.

Como resultado, bolsas caíram e o preço do barril do petróleo teve maior alta em semanas. A reunião, que foi caracterizada por alguns como "caótica", rompeu a tradição da Opep de pôr a questão energética acima das diferenças políticas. O acordo que se esperava de uma elevação na **produção** mundial não foi obtido e, diante da turbulência no mundo árabe, as rivalidades se acentuaram. "Esse foi um dos piores encontros da história do grupo", alertou o ministro do Petróleo da Arábia Saudita, Ali al-Naimi. Riad, aliada dos Estados Unidos, vinha prometendo que conseguiria aprovar o aumento da **produção** na Opep como forma de demonstrar que é um ator responsável no cenário internacional. Sem acordo, a Arábia Saudita decidiu ampliar a **produção**, mesmo sem o sinal verde do grupo. Riad chegou a Viena com a proposta de elevar a **produção** do bloco em 1,5 milhão de barris por dia.

Os sauditas eram apoiados por países aliados do Ocidente. Foram derrotados por Líbia, Venezuela e Irã, três governos que tentam manter os preços elevados do petróleo por motivos internos e também para mandar recados a Washington.

O encontro ainda teve a atmosfera azedada pelos conflitos no mundo árabe. O Catar apoia os rebeldes na Líbia, mas ambos tiveram de sentar na mesma mesa ontem. Já os iranianos acusam os sauditas de estarem ajudando a manter o regime de Bahrein no poder, apesar das revoltas. Trípoli, em plena guerra, não quer dar sinal de estar cedendo ao Ocidente. Mas perdeu seu ministro do Petróleo, que passou para o lado dos rebeldes. A Líbia acabou foi representada por um substituto enviado às pressas. Teerã, sob embargo comercial, vê o petróleo como única moeda de troca e já havia decidido que votaria contra qualquer proposta que viesse dos sauditas.

No caso da Venezuela, a decisão de vetar a alta na **produção** foi também política. Já na terça-feira, Chávez anunciou ao lado de Rafael Correa, presidente do Equador, que ambos votariam contra a elevação na **produção**. A posição foi interpretada como uma retaliação à decisão de Washington de impor sanções contra a PDVSA por manter acordos comerciais com o Irã. Ontem, o ministro do Petróleo da Venezuela, Rafael Ramirez, tentou dar uma explicação econômica para seu voto. "O preço do petróleo entraria em colapso se aumentássemos a **produção**."

Angola e Argélia também votaram ao lado de Venezuela, Equador, Líbia e Irã.

Como resultado, o preço do barril subiu US\$ 1,65, para US\$ 118,43. O próximo encontro da Opep será daqui três meses. Em 50 anos de história, a Opep superou a guerra Irã-Iraque, as duas guerras do Golfo e tensões **importantes**. Mas a reunião de ontem mostrou que a atual situação de ameaças a regimes pode ter um impacto profundo no petróleo.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO PEQUENAS EMPRESAS FORMAM MIL CENTRAIS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Empresas criam redes para ganhar escala em compra, venda e **exportação** Rede Construir, de material de construção, reúne 250 pequenos em 7 Estados; proprietário abre mão de decisões

Na tentativa de ganhar escala e competitividade, micro e pequenos empresários do **Brasil** têm aderido a uma iniciativa já difundida na Europa e nos EUA: a associação em centrais de negócios.

Estima-se que haja mais de mil centrais -também chamadas de redes- desse tipo no país, de diversos setores. O total quadruplicou desde 2007. Em 1996, eram só 38, segundo dados da consultoria GS&MD Gouvêa de Souza.

Nesse modelo, os empresários se unem para, por exemplo, negociar preços com fornecedores, ratear custos de centro de distribuição e alcançar mais **mercado** consumidores -até no exterior. Isso sem perder a propriedade da empresa.

Ajustes, no entanto, são necessários, como na escolha do melhor fornecedor, do volume de estoque necessário e da forma de anúncio mais adequada -e aí é onde moram as dificuldades.

"É fácil falar que é preciso abrir mão de benefícios individuais em função de um ganho maior, em grupo, mas é difícil fazer", diz Jorge Renato Verschoore, professor da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), RS.

PÓS-INFLAÇÃO

Antonio Fappi, que atua no ramo de material de construção, quase não tinha exemplos práticos de centrais brasileiras quando decidiu tomar esse caminho.

"Foi questão de necessidade." Em meados dos anos 1990, superada a era da hiperinflação, veio a conclusão: "Não podíamos sozinhos com os concorrentes grandes; não tínhamos escala, nem tanta variedade, nem gestão profissionalizada". Fappi, que à época tinha uma loja com três funcionários -contando com ele-, decidiu se juntar a outros micro e pequenos empresários do mesmo segmento para formar a Rede Construir.

Hoje, a central reúne cerca de 250 lojas em 7 Estados.

Para Paulo Feldmann, presidente do conselho da pequena empresa da Fecomercio SP (Federação do **Comércio** do Estado de SP), a legislação precisa estimular a cultura da associação, como oferecendo vantagens fiscais.

"Na América Latina, e no Brasil, é mais comum ao pequeno empresário a visão de que o concorrente é um inimigo a ser aniquilado", diz.

Marcos Hashimoto, coordenador do centro de empreendedorismo do Insper, discorda. "Vejo uma predisposição à associação. O pequeno é mais frágil e se apoia em parcerias," afirma.

Na avaliação de Verschoore, da Unisinos, o desafio agora é a nacionalização dessas centrais. São poucas as que, como a Rede Construir, têm atuação em vários Estados. "Seria um grande impulso à **exportação**, por exemplo, empresas de vários locais podendo vender juntas."

Embora as micro e pequenas representem 99% do total de empresas do país, são responsáveis por 20% do **PIB** e 1,3% das **exportações**, segundo a Fecomercio.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Nova política industrial quer elevar taxa de investimento para 23% do PIB		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conjuntura: Só Zona Franca poderá usar incentivos definidos para tablets em telas maiores

Sergio Leo | De Brasília

Só as indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus terão incentivos fiscais para a fabricação de telas maiores que as usadas nos tablets, computadores no estilo do Ipad, informou ao Valor o ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel. Ele adiantou que será editada em breve uma medida provisória para evitar que fabricantes de TV usem indevidamente os benefícios da Lei de Informática. PIMentel informou também, que, na próxima semana, devem ser acertados os detalhes da nova política industrial, em reunião ministerial que poderá ter a presença da presidente Dilma Rousseff. A nova política industrial, por enquanto chamada de Política de Desenvolvimento Competitivo (PDC) terá um novo nome, no estilo de outros programas de governo, como o Minha Casa, Minha Vida. E terá, como metas, aumentar os investimentos em capital fixo no país, dos atuais 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 23% até 2014; elevar, nesse período, o dispêndio privado com ciência e tecnologia, de 0,55% para 0,9% e reverter a tendência de perda de importância da produção industrial na economia, ampliando a parcela da indústria no PIB, de 18,3% para 19,5%.

A edição da medida provisória para atender às preocupações da Zona Franca de Manaus e a própria divulgação do regulamento com o processo produtivo básico para os beneficiários dos incentivos fiscais aos tablets fazem parte da política do governo de divulgar, antecipadamente, medidas que comporão a PDC, à medida que são definidas pelos Ministérios do Desenvolvimento, da Fazenda e da Ciência e Tecnologia. As linhas gerais do plano, com o conjunto das medidas e metas, devem ser divulgadas oficialmente até o fim de julho, previu PIMentel.

Na próxima semana deve ser anunciado o novo Supersimples, com simplificação de impostos para pequenas e médias empresas. O Supersimples enquadrará como beneficiárias do sistema de tributação simplificada as empresas com faturamento de até R\$ 3,6 milhões (hoje o teto é R\$ 2,4 milhões) e excluirá desse limite as receitas com exportações, para estimular aumento nas vendas ao exterior,

antes contidas pelas restrições do programa. PIMentel descarta, porém, a ampliação do programa para todas as empresas de setores inteiros, como o têxtil, que reivindica a ampliação do benefício para aumentar a escala de produção.

O PDC segundo confirmou o ministro, terá forte ênfase no incentivo a inovações e tecnologia, com o favorecimento, nas compras de governo, de firmas que investem em conteúdo e pesquisa tecnológicas no país. Como antecipou o Valor, será regulamentada a medida provisória que concede preferência a essas empresas, autorizadas a praticar preços até 25% maiores que a concorrência nas licitações para o setor público, e os órgãos de governo serão autorizados a encomendar a consórcios de empresas projetos de desenvolvimento tecnológico em setores como defesa, saúde e elaboração de programas de computador.

Entre as medidas de redução de tributos, reivindicadas pelas empresas, a principal será a desoneração da folha de pagamentos, que será um dos temas principais da reunião da próxima semana. "A medida vai sair, falta discutir o formato, os detalhes", comentou. A desoneração virá com o fim da cobrança de contribuição à Previdência, mas o governo ainda não decidiu como compensar a perda dessa receita, o que deve ser feito provavelmente com o aumento da tributação sobre o faturamento de empresas.

PIMentel informou que também estão em discussão com o Ministério da Fazenda a possibilidade de as empresas creditarem-se imediatamente do PIS e do Cofins pago pelas máquinas adquiridas para produção (hoje o prazo para esse crédito é de até 12 meses) e a redução, de até cinco anos para 12 meses, do prazo para descontar do lucro tributável o valor com as compras de máquinas e equipamentos (depreciação acelerada).

Além disso, será assegurada a isenção de IPI sobre todos tipo de bem de capital, de máquinas e equipamentos a material de transporte e bens de informática usados na produção pelas indústrias. "São medidas que estão sendo decididas no âmbito do Ministério da Fazenda", adiantou o ministro.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL COMEÇA A NEGOCIAR AÇÃO CONJUNTA COM BRICS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, começou ontem a consultar os ministros de Finanças da China, Rússia e Índia e de outros integrantes do G-20, como a Argentina, para sondar a possibilidade de uma ação conjunta dos países emergentes na escolha entre os candidatos à sucessão no Fundo Monetário

Internacional (FMI).

O governo brasileiro aguarda o término, amanhã, do prazo de apresentação das candidaturas para oficializar o apoio a um dos candidatos. Embora haja informações no governo de que a candidatura preferida em Brasília é a da ministra de Finanças da França, Christine Lagarde, que teve ótimo relacionamento com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, no G-20, o **Ministério** da Fazenda, oficialmente, diz se ater ao critério de mérito e compromisso com as reformas do Fundo e maior participação dos emergentes nos cargos de

liderança da instituição.

Às vésperas do encerramento do prazo para apresentação das candidaturas ao cargo de diretor-gerente da instituição, a disputa segue centrada na representante europeia e ministra de Economia da França, Christine Lagarde, e no presidente do Banco Central do México, Agustín Carstens. Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do **Ministério** da Fazenda, Carlos Cozendey, é possível que ainda surjam outros postulantes, como o Cazaquistão, cujo governo ensaia lançar o presidente do banco central do país, Gregori Marchenko.

Ao analisar as duas candidaturas postas, Cozendey lembra que Lagarde conta com o apoio em bloco dos países europeus, à exceção da Espanha, e que Carstens teve o mérito de romper com o discurso único.

"Isso foi **importante** porque tornou claro que não haveria candidatura única, que haveria um debate que permitisse aos países discutir as candidaturas", argumenta. Cozendey explica que a sondagem a ser feita pelo **Brasil** sobre intenção de apoio dos demais emergentes se impõe como espaço de diálogo entre essas economias. Segundo ele, com a antecipação da troca de comando no FMI, os países

Bric ficaram sem tempo para articular uma ação conjunta em relação não somente às discussões sobre a reforma do Fundo, tradicionalmente chefiada por um europeu, mas também em relação à futura sucessão do Banco Mundial, comandado por um americano.

"Esse problema da antecipação e a necessidade de não deixar o FMI sem uma direção precipitaram um pouco essa discussão e impediu que se fizesse esse debate de forma conjunta dos dois organismos", comenta. "O Banco Mundial é uma questão subjacente à essa debate sobre o FMI", acrescenta ele.

Ao mencionar os critérios que o governo brasileiro considerará para definir seu candidato, o secretário listou - além do mérito e da análise do compromisso do candidato com a continuidade das reformas no FMI - também o posicionamento a favor da maior participação dos emergentes no processo decisório da instituição e a maior presença de latino-americanos no staff do Fundo.

Cozendey mostra que há, hoje, maior preocupação com a ausência de brasileiros em postos estratégicos no FMI. "O **Brasil** está sub-representado em todos os níveis do Fundo. Em parte, isso é por nossa culpa. Na prática, o **Brasil** está sub-representado desde a planta básica (os escalões técnicos)", diz.

Nesse debate, porém, o governo brasileiro não tem apresentado nomes, ainda, e não tem tratado de cargos específicos. De acordo com o secretário, a busca por maior participação dos emergentes poderá ocorrer por meio da indicação de representantes de outras nacionalidades.

"A gente pode querer colocar pessoas que não sejam brasileiras ou latino-americanas. Podem ser pessoas de outras nacionalidades, mas que representem visões diferentes ou tragam experiências mais diversificadas para dentro da direção do fundo", concluiu.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO A NOVA DESINDUSTRIALIZAÇÃO		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marcio Pochmann

A estrutura da economia mundial se altera rapidamente desde a virada do século XX. Países asiáticos assumem cada vez maior participação relativa na **produção** global. Sem contabilizar o Japão, o conjunto das economias asiáticas responde por quase 43% da **produção** global, enquanto em 1973 representava apenas 16,4%.

Em contrapartida, nações como os Estados Unidos e a Inglaterra, que juntas respondiam por 26,3% do produto global em 1973, representam atualmente 21,5%. Essa inversão no sentido da composição da **produção** mundial sinaliza a conformação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho assentada no movimento combinado e desigual da desindustrialização do velho centro manufatureiro global com a industrialização acelerada de países periféricos, sobretudo asiáticos.

O curso atual do enfraquecimento das antigas economias manufatureiras está longe de expressar a desindustrialização regressiva verificada no século 19, quando o avanço na internalização das bases do capitalismo industrial inicialmente na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos e outros poucos países, foi acompanhada pelo retrocesso na base produtiva artesanal existente em outras regiões. Em 1913, por exemplo, a Ásia sem o Japão respondia por 22,3% da **produção** global, contra 56,4% em 1820.

Enquanto Europa se desindustrializa, os países periféricos vivem movimento acelerado de industrialização. A Inglaterra e os Estados Unidos, que, por outro lado, representavam juntos somente 7% da **produção** mundial de 1820, passaram a responder por 27,1% no ano de 1913. Em grande medida, o ciclo de industrialização original e retardatária na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente, se fortaleceu na medida em que a globalização liberal do século XIX destravou o livre **comércio** e, com isso, ocasionou o esvaziamento da base produtiva artesanal em antigas regiões com elevados excedentes **exportadores**.

Em síntese, o século XIX possibilitou que o avanço do capitalismo industrial em alguns poucos países ocorresse

simultaneamente ao esvaziamento da desindustrialização da **produção** artesanal até então existente. A Índia, por exemplo, que era a grande **exportadora** de produtos têxteis no início do século XIX (sedas e artesanato), conviveu com a destruição de sua base produtiva diante do **comércio** livre com a Inglaterra produtora e **exportadora** de manufaturados têxteis oriundos da mecanização (tear mecânico), da logística ferroviária e da reorganização do trabalho industrial.

Assim, no final do século XIX, três quartos do consumo têxtil indiano eram abastecidos por **importações** inglesas. Em compensação, o artesanato foi sendo substituído pela **produção** de algodão, juta e índigo. A especialização da **produção** de **mercadorias** primárias não se mostrou suficiente nem mesmo para oferecer segurança alimentar, considerando-se problemas de fome constatados na Índia.

A Inglaterra **exportava** manufatura e **importava** matéria-prima e alimentos dos países sem indústria moderna.

Dessa forma, a Índia, que abandonou sua **produção** local para atender ao consumo interno por meio da **importação** da Inglaterra, não tinha a garantia de que os ingleses fariam a mesma coisa. Ou seja, a Inglaterra vendia manufatura para a Índia, mas não **importava** o trigo e outras culturas de subsistência da própria Índia, pois as adquiria dos Estados Unidos.

Também para os chineses, a liberação dos entraves ao **comércio** externo, como o Tratado de Nanquim, em 1842, encerrou a "Guerra do Ópio" em favor dos ingleses. Com o ingresso do ópio na China, seus efeitos se mostraram desastrosos sobre a estrutura produtiva total. O mesmo poder-se-ia dizer a respeito da situação do Ceilão, que, ao aceitar os pressupostos da globalização liberal do século XIX, perdeu a sua base produtiva artesanal em favor da dependência das **importações** manufaturadas em troca da **exportação** de chás.

Pela globalização neoliberal da virada do século XX, o antigo centro produtivo mundial tornou-se crescentemente oco, com o esvaziamento do parque manufatureiro. Indústrias centenárias como siderurgia, têxtil e vestuário, estaleiros, entre outras, são esvaziadas por força da pujança da **produção** manufaturada dos países que rapidamente se industrializam. A defesa da liberalização comercial nos dias de hoje parte do

pressuposto de que o setor terciário (serviços) poderia ocupar mais satisfatoriamente o espaço vazio deixado pela desindustrialização. Ainda que o avanço da tecnologia nos serviços possa ajudar a minorar os problemas das finanças desindustrializantes, o **comércio** mundial assentado nos bens manufaturados tende a reorganizar a **produção** global em poucas localidades, sobretudo na Ásia.

A relação entre países deficitários e superavitários no **comércio** global não revela necessariamente a força da nova Divisão Internacional do Trabalho. Tal como no século XIX, o **Brasil** cresceu sua participação relativa na **produção** global à taxa média anual de 0,6%, passando de 0,4% para 0,7% entre 1820 e 1913, enquanto a sociedade agrária era atrasada e **exportava** bens primários. No período de sua industrialização, o peso crescente da manufatura permitiu que a presença brasileira na **produção** global crescesse 2,5% ao ano (de 0,75%, em 1930, para 2,6%, em 1980). O dinamismo do seu **mercado** interno e a modernização da sociedade foram seus principais trunfos. Na virada do século XX, a aceitação da globalização neoliberal fez com que a sua base manufatureira regredisse, reduzindo a participação relativa na **produção** global não fosse o aumento da **exportação** primária. Na década de 2000, o peso relativo do **Brasil** no produto industrial mundial foi de apenas 1,9%, ante 2,9% da década de 1980.

Sem ter passado pela velha desindustrialização do século XIX, o **Brasil** não está condenado a ter que participar da nova desindustrialização. O cenário atual de moeda nacional valorizada, combinada com taxas de juros elevadas, faz avançar a reprimarização da pauta **exportadora** e a

geração interna de manufatura com alto conteúdo **importado**. Com taxa de investimento inferior a 20% do produto, prevalece a contenção da inovação tecnológica, geralmente suprida pelas compras externas. Os esforços em educação seguem **importantes**, ainda que doutores e mestres em profusão sigam mais ativos na docência do que na pesquisa aplicada no sistema produtivo.

A negativa à nova desindustrialização requer reafirmar a macroeconomia do **desenvolvimento** sustentada pelo maior valor agregado industrial e conhecimento. A impulsão dos investimentos é estratégica, seja pela agregação de valor às cadeias produtivas e às **exportações**, seja pela ampliação da inovação tecnológica e educacional exigida. Assim, o novo **desenvolvimento** brasileiro pode convergir com as estruturas produtiva e ocupacional de qualidade, capazes de romper com o atraso secular da condição subordinada do **Brasil** no mundo.

Marcio Pochmann é presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), professor licenciado do Instituto de Economia e do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Escreve mensalmente às quintas-feiras.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO PAÍS DEIXA DE SER FORTE <u>EXPORTADOR</u> DE CELULARES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Antigos clientes passam a produzir aparelhos, que têm boa parte de matéria-prima importada BRASÍLIA. Tradicional exportador de celulares, o Brasil, no mês passado, vendeu poucos aparelhos ao mercado estrangeiro, segundo números da balança comercial. Embora boa parte da sua matéria-prima seja importada, o Brasil perdeu fábricas para antigos clientes, como a Venezuela e a Argentina.

- Hoje, os celulares são um produto de exportação como outro qualquer. Em abril, houve uma queda acentuada. Se o dólar ficar neste nível, a mão de obra vai encarecer para nós. Aí, não dá para segurar - disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Humberto Barbato. Região muito prejudicada pela concorrência desleal chinesa e pelo câmbio, o Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, tinha como forte a produção de calçados e produtos metal-mecânicos. Agora há uma mudança no perfil e o grande interesse dos investidores o local se concentra em pesquisa e tecnologia.

- Está havendo uma reconversão - diz o professor de Economia da Unisinos André Filipe Zago de

Azevedo. O diretor da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mário Bernardini, destacou que a indústria brasileira de transformação está perdendo participação no PIB de forma prematura. Sua avaliação tem a concordância do economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rogério César de Souza: - Estamos acompanhando os dados da indústria e a evolução das importações de manufaturados, e observamos que nada mudou em relação ao ano passado (na tendência de importação). Para piorar, com o forte recuo de 2% da produção industrial em abril frente a março, a indústria vive, de fato, um momento de fragilidade.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA
	TÍTULO GIRO ECONÔMICO	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sadia/Perdigão: Relator do Cade reprova fusão

O relator do processo de fusão entre a Sadia e a Perdigão no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Carlos Ragazzo, votou pela reprovação da fusão entre as empresas Sadia e Perdigão, que resultou na criação da **Brasil Foods** em 2009. Em seu voto de mais de 500 páginas, que levou quase seis horas para ser lido, Ragazzo disse não haver alternativa para impedir que a operação cause uma concentração de mercado muito grande e prejudicial ao consumidor. Para ele, o aumento dos preços dos produtos das duas empresas pode chegar a 40%, com a formalização da união. Além do relator, outros quatro conselheiros votarão e decidirão o futuro da BRF. Se o Cade reprovar a operação, a empresa poderá recorrer ao judiciário, mas mais de 80% das decisões do conselho são mantidas pela Justiça. Se o voto do relator for seguido, em prazo não divulgado, as duas empresas terão que desfazer a operação. O julgamento do caso Sadia/Perdigão, porém, foi adiado depois de pedido de vistas do conselheiro Ricardo Ruiz.

BOVESPA

Julgamento reflete na bolsa

Em meio à expectativa pelo desfecho da reunião do Copom, e a confirmação de que a economia dos EUA se recupera em "câmera lenta", o investidor empurrou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) novamente para baixo. Um dos maiores destaques negativos do dia, a ação ordinária da **Brasil Foods** desabou 6,5%, com um forte volume financeiro (R\$ 353,8 milhões), sendo o terceiro papel mais negociado, atrás das ações da Vale e da Petrobras. O mercado não gostou das sinalizações do relator do Cade respeito da fusão Sadia/Perdigão. O papel ajudou a puxar o índice Ibovespa, que reflete os preços das ações mais negociadas, para baixo. A queda foi de 0,29% no fechamento, aos 63.032 pontos. O giro financeiro foi de R\$ 5,10 bilhões. A retração só não foi maior por causa dos bons resultados da Petrobras. Já o dólar fechou em alta.

BALANÇO POSITIVO

US\$ 5,256 bi

Foi o saldo do fluxo cambial no encerramento de maio, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central. O saldo no segmento financeiro no mês passado foi negativo em US\$ 2,007 bi, resultado de entradas de US\$ 29,86 bi e saídas de US\$ 31,867 bi. Já o comercial teve forte resultado positivo, com as exportações de US\$ 24,3 bi superando as importações (de US\$ 17,05 bi).

MENOS POLUENTES

O governo está finalizando uma política de redução definitiva de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos menos poluentes. Em contrapartida, as empresas terão que investir mais em tecnologia para desenvolver motores mais eficientes e que emitam uma menor quantidade de gases nocivos ao meio ambiente, como o CO2. A discussão passa por três eixos: emissão-eficiência, tecnologia e competitividade.

VENDA DE COMBUSTÍVEIS

Abaladas pela alta dos preços, as vendas de combustíveis tiveram crescimento mais tímido no início deste ano. De janeiro a março, subiram 3,1% ante igual período no ano passado. Entretanto, o comércio de álcool, depois de registrar em abril o menor volume desde outubro de 2006, voltou crescer no mês passado, impulsionado pela queda nos preços do combustível. Dados preliminares do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom) mostram retomada das vendas nas últimas semanas, ao mesmo tempo que a gasolina abriu espaço e teve leve queda. As vendas de álcool cresceram 43% em maio, chegando a 400 milhões de litros, ante 280 milhões em abril. Mas em comparação a abril de 2010 houve queda de 60%.

BANDA LARGA BARATA

A Telebrás assinou ontem o primeiro contrato com um provedor de internet para a oferta de banda larga de um mega a R\$ 35, nos moldes do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). O acordo foi firmado com a Sadnet, provedor de Santo Antônio do Descoberto (GO), que pretende começar a comercializar o plano em cerca de 30 dias.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS	EDITORIA	
	TÍTULO INDÚSTRIA SENTE O GOLPE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Zulmira Furbino

A indústria brasileira está sentindo os efeitos do arrocho do crédito e da alta dos juros combinados com o **dólar** desvalorizado. A **produção** industrial de abril, em comparação com março, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou queda de 2,1% no país. Na passagem entre os dois meses, houve retração no volume produzido em 9 das 14 regiões pesquisadas. Em Minas, a indústria produziu 1,1% a menos em abril do que em março. Foi a menor queda entre os estados que registraram recuo no volume fabricado. A maior retração foi apurada no Ceará (6,9%). Os estados onde o volume produzido pela indústria mais cresceu no período foram Pará (8,4%) e **Amazonas** (5,8%).

"Foi o segundo resultado negativo seguido. Em março, a **produção** no setor já havia recuado 0,3% em comparação com fevereiro. Nesses dois meses, a queda é de 1,4%", lembra Fernando Abritta, pesquisador do IBGE. Na comparação com abril do ano passado, o recuo na **produção** industrial foi de 1,7% no estado.

Ele lembra, porém, que essa queda veio depois de uma sequência de 17 taxas positivas consecutivas. Entre janeiro e

abril de 2011, ante igual período de 2010, a **produção** industrial mineira cresceu 3%. Nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 8,3%. A trajetória descendente começou em outubro.

Para o presidente do Conselho de Política Econômica da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), Lincoln Fernandes Gonçalves, a queda na **produção** industrial mineira já era esperada em primeiro lugar porque a base de comparação é forte. "De janeiro a junho de 2010 a economia estava muito aquecida", explica. Segundo ele, as medidas tomadas pelo governo para combater a inflação, como a alta da taxa de juros, associadas à variação cambial, formaram uma péssima equação para o setor produtivo.

"As maiores perdas foram na área de equipamentos e máquinas", observa.

Segundo a pesquisa do IBGE, o setor de máquinas e equipamentos registrou queda de **produção** de 18% em abril em comparação com março. Para Marcelo Veneroso, diretor **regional** da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), "O câmbio joga contra e a desindustrialização é um fato. Essa retração não é surpresa. O governo dirige a economia olhando pelo retrovisor".



VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
TÍTULO Amazonas tem terceiro melhor desempenho em produção, aponta IBGE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Estado consegue melhorar pontuação nos índices de produção industrial

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou hoje, o resultado da produção industrial brasileira no mês de abril. Catorze estados foram investigados. Nove apresentaram resultado negativo na atividade industrial nacional na passagem de março para abril. O índice registrado foi de -2,1%. O **Amazonas** apresentou o terceiro melhor desempenho no índice comparativo de abril de 2011/abril 2010 com uma variação de 1,9%. No estudo que

compara o crescimento do mês de abril com o mês de março de 2011, Pará e **Amazonas** apresentam desempenho positivo recuperando perdas registradas em meses anteriores. O Pará registrou aumento de 8,4% , recuperando parte da perda de 13,1% observada nos três últimos meses, e o **Amazonas** teve crescimento de produção de 5,8%, após um recuo de 8,8% em março deste ano. Na comparação dos meses de abril 2011/abril 2010, os segmentos de motocicletas e de relógios tiveram destaque no avanço da produção no **Amazonas**.